

Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho em tempos da pandemia de COVID-19

Em tempos de pandemia de coronavírus (COVID-19), a questão da segurança e saúde no trabalho ganha um destaque muito maior nesse dia 28 de abril. Isso porque medidas de proteção devem ser tomadas nos mais diferentes setores, no sentido de garantir a saúde e a segurança de todos aqueles que trabalham nos chamados "serviços essenciais" e, principalmente, dos profissionais de saúde que atuam na linha de frente do combate ao coronavírus (COVID-19).

Embora a pandemia de COVID-19 e a crise afete a todos, os trabalhadores estão na linha da frente. Por essa razão, mais do que nunca, faz-se necessária a sensibilização para a adoção de práticas seguras no local de trabalho e para a importância das políticas de saúde e segurança no trabalho.

O SINDSEP-MG está atento a todas as questões que envolvem os direitos dos trabalhadores e desde o início vem cobrando dos Órgãos/Empresas públicas a adoção de políticas que garantam a saúde e a integridade física de todos os profissionais que atuam na linha de frente do combate ao coronavírus.

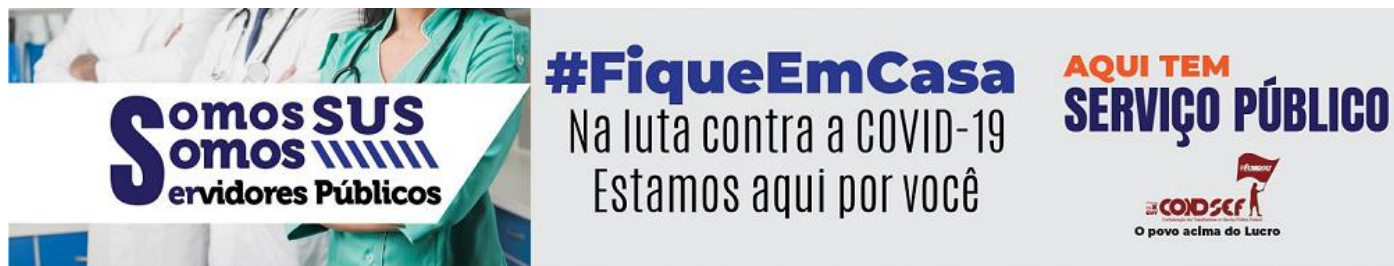
Condsef/Fenadsef lança campanha de valorização dos servidores


A Condsef/Fenadsef, juntamente com os sindicatos filiados – entre eles, o SINDSEP-MG-, está lançando uma campanha de valorização do serviço público, tão essencial, principalmente, em momentos como esse que estamos vivenciando.

Em plena pandemia causada pela Covid-19, os servidores públicos continuam trabalhando em todo o Brasil. São milhões de pessoas que se arriscam, diariamente, para cuidar e proteger a população. Estão lá para que outros possam ficar em casa. Esses servidores atuam em várias frentes de enfrentamento ao coronavírus. São os servidores da saúde, funcionários públicos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsrh). Não podemos nos esquecer também dos trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que atuam no combate a endemias, afinal, outras doenças e graves epidemias, como a dengue, cujos surtos seguem em pleno crescimento. Nas universidades, temos os pesquisadores trabalhando incansavelmente a procura de remédios e vacinas para a população.

Mas o trabalho dos servidores não para por aí. Os servidores do Ibama continuam combatendo crimes ambientais. Assim como a Polícia Rodoviária Federal atua na fiscalização das estradas. E para não haver crise de desabastecimento de alimentos, contamos com os esforços dos trabalhadores da Conab, Ceasaminas e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.


Nas ruas, temos também aqueles que trabalham no serviço público de limpeza urbana, e os policiais civis e militares que atuam para combater o crime e garantir a segurança da população. E nesse momento de incertezas, em que os patrões vem fazendo tantas demissões, os servidores do extinto Ministério de Trabalho seguem auxiliando os trabalhadores para que não tenham seus direitos desrespeitados.



Somos SUS
Somos 
servidores Públicos

#FiqueEmCasa
Na luta contra a COVID-19
Estamos aqui por você

AQUI TEM
SERVIÇO PÚBLICO


COVIDSEF
O povo acima do Lucro

Servidores sobre Guedes: "Congelamento de salário é um disparate"

Os servidores públicos federais reagiram mal à proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de congelar o salário da categoria por um ano e meio.

Nessa segunda-feira (27/04), Guedes pediu "sacrifício" de funcionários públicos em prol do Brasil. Declarou ainda que os servidores vão ficar trancados em casa com a geladeira cheia enquanto milhões de trabalhadores perdem o emprego.

O ministro admitiu, mais tarde, ampliar a proposta do governo federal de socorro a estados e municípios, caso o Congresso aprove o congelamento de salários do funcionalismo.

Guedes recebeu apoio do Congresso. Isso porque o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse apoiar o congelamento por 18 meses.

"É preciso descongelar"

O projeto, contudo, é visto pelos servidores como uma "falácia" do titular da Economia. A intenção de Guedes, segundo a categoria, é jogar a sociedade contra os funcionários públicos.

Para a Confederação dos Servidores do Serviço Público Federal (Condsef), por exemplo, que representa funcionários efetivos da União em todo o país, o corte de salário é ilegal e injusto.

"É um disparate o ministro sugerir congelamento de salários que já estão congelados há anos", assinala o secretário-geral da entidade, Sérgio Ronaldo da Silva.

Conforme explicou, a Condsef entende que os servidores tenham ao menos a correção da inflação. "Defendemos que o servidor público não é diferente dos trabalhadores da iniciativa privada", enfatizou.

Internacional dos Serviços Públicos (ISP) questiona revisão de NRs de saúde e segurança no trabalho

Neste 28 de abril, Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a Internacional de Serviços Públicos (ISP) divulga nota em que questiona a revisão das Normas Regulamentadoras (NRs) de saúde e segurança no trabalho, que estabelecem parâmetros básicos para medidas de prevenção de acidentes e de doenças no ambiente profissional. As NRs em questão, no rol de direitos atacados, também referenciam a caracterização de insalubridade, a reparação de danos à saúde causados pelo trabalho e as ações de fiscalização.

De acordo com a nota da confederação sindical internacional, o governo federal estabeleceu um processo questionável de revisão das NRs, com intenção de eliminar 90% das suas exigências, encaradas como "meras formalidades administrativas". Para a entidade, a postura revela "profundo descaso e banalização das situações de risco a que milhões de trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos". O documento ainda ressalta que o ambiente de trabalho seguro é um direito humano universal, reconhecido internacionalmente por meio de normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo ordenamento jurídico ainda vigente no Brasil.

"Qualquer revisão deveria levar em conta o diálogo com as entidades sindicais, assim como a realidade do trabalho no País, onde vergonhosamente ainda se tem que combater o trabalho escravo e infantil. Nada disso tem sido levado em conta", afirma a nota oficial. "Na contramão de outros países que estão assegurando garantias trabalhistas e previdenciárias, reconhecendo a Covid-19 como doença ocupacional entre trabalhadores e trabalhadoras da saúde e de serviços essenciais, no Brasil está em curso o desmantelamento de direitos", critica a confederação.

Revisão de Normas

O questionamento da ISP envolve, sobretudo, seis normas que foram alteradas nos últimos meses, incluindo uma proposta de revogação do anexo 14 da NR 15, que reduz o escopo de proteção e descaracteriza a insalubridade dos ambientes de trabalho. Merece destaque também a NR 32, relativa às condições de trabalho nos estabelecimentos de saúde, que está na lista das normas que serão reformuladas, com intenção de desresponsabilizar os empregadores pelas medidas de proteção à saúde de trabalhadores e trabalhadoras.

"Esta norma estabelece diretrizes para a prevenção do conjunto de riscos presentes nos locais de trabalho, que não se restringem aos riscos biológicos. Dada a complexidade dos seus processos de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras estão expostos a outros riscos, como agentes químicos, físicos, sobrecarga psíquica e outras condições nocivas à saúde", afirma a nota. O adoecimento e morte por Covid-19 de profissionais de saúde não deixa qualquer dúvida sobre a insalubridade do trabalho.

Situação de pandemia

O posicionamento da ISP destaca que trabalhadores e trabalhadoras da saúde têm vivido dias difíceis diante do aumento exponencial dos riscos ocupacionais neste contexto de pandemia. Essa situação tem evidenciado, ao mesmo tempo, a fragilidade dos sistemas de proteção da saúde de trabalhadores e

trabalhadoras e as interfaces entre as condições de trabalho e a qualidade dos serviços que, no caso da saúde, são dimensões inseparáveis.

A campanha "Trabalhadoras e Trabalhadores Protegidos Salvam Vidas", realizada pela ISP, obteve informações preocupantes por meio de enquete respondida por 1.794 pessoas até o momento. Segundo o levantamento, 62% dos trabalhadores que participaram não possuem equipamentos de proteção individual suficientes; 64% de profissionais de saúde não passaram por treinamento ou formação adequada para atendimento aos pacientes com suspeita ou confirmação de coronavírus; 53% relatam estar em sofrimento psíquico em função deste quadro, sendo que 78% dos respondentes são mulheres e 36% informam realizar diariamente uma jornada de 12 horas ou mais de trabalho.

O documento ressalta que, se em condições de "normalidade" profissionais de saúde já lidavam com elevado nível de estresse e se deparavam com situações-limite, com a chegada da pandemia estão tendo que lidar com o sofrimento ético e as difíceis decisões sobre o uso dos escassos equipamentos e insumos. O sofrimento de usuários e familiares; o medo dos riscos de contágio, além da supressão do contato com a família, do preconceito e das agressões sofridas por estarem na linha de frente neste combate estão constantes no cotidiano desses trabalhadores que salvam vidas.

Em defesa da vida e do SUS

A ISP e suas entidades filiadas no Brasil, incluindo a Condsef/Fenadsef, somam-se ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e às centrais sindicais, para que questionem e não aceitem esse processo de revisão das NRs, exigindo que sejam cumpridas as diretrizes da OIT para as negociações tripartites, além de pedir respeito aos direitos fundamentais do trabalho, que estão sendo sistematicamente violados.

As entidades envolvidas reiteram a defesa do fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do seu papel preponderante no enfrentamento da pandemia, e exigem o desenvolvimento de ações efetivas que articulem a sociedade e o poder público para manter o isolamento social e prevenir a contaminação, evitando assim o adoecimento e a morte de milhares de pessoas. O povo deve estar acima do lucro!

● **LIVE** da Condsef

DIA 30
QUINTA-FEIRA,
ÀS 18H

TEMA:
ESSENCIAL É
TODO SERVIÇO
PÚBLICO



MEDIADOR:
SÉRGIO RONALDO DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL DA
CONDSEF/FENADSEF



CONVIDADO:
MAX LENO DE ALMEIDA
SUPERVISOR TÉCNICO
DO DIEESE NO DF



CONVIDADO:
**ANTÔNIO AUGUSTO
DE QUEIROZ**
ANALISTA POLÍTICO E DIRETOR
DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL
DE APOIO PARLAMENTAR (DIAP)

ASSISTA NAS REDES:  

CONDSEF